

## **PARTICIPAÇÃO E SUSTENTABILIDADE: REFLEXÕES SOBRE UMA PESQUISA-INTERVENÇÃO COM JOVENS NO SEMIÁRIDO CEARENSE**

Domingos Arthur Feitosa Petrola<sup>1</sup>  
Verônica Salgueiro do Nascimento<sup>2</sup>

### **Resumo:**

Participar social e politicamente da vida do país ainda é um grande desafio democrático, principalmente no que se refere à juventude brasileira. Esta pesquisa pretendeu, portanto, compreender a ação de participação social e política de jovens no semiárido, analisando sua relação com a sustentabilidade. De caráter qualitativo, foi desenvolvida entre maio e agosto de 2014, junto a um grupo de sujeitos, com idades entre 15 e 30 anos, participantes de uma organização não governamental na cidade de Arneiroz, interior do Ceará. O tipo de pesquisa se expressa na pesquisa-intervenção, que assume caráter político-metodológico, e foram usados também os círculos de cultura como espaços-instrumentos de coleta de dados. No campo dos resultados, os jovens demonstraram que apesar do reconhecimento a importância da ação e do papel político na transformação da realidade, através dos mecanismos de participação, eles não se sentem convidados a ocupar esse lugar, tendo em vista o modelo tradicional e tecnocrático de controle social, e, portanto, demonstram-se pouco interessados na efetiva ação participativa. Torna-se urgente a construção de metodologias que promovam e alcancem uma participação comprometida e crítica, e que se estruturam em um ideal sustentável e ético de políticas públicas e que estimulem formas mais criativas de emancipação.

**Palavras-chave:** Juventude. Sertão. Sustentabilidade. Participação. Política Pública.

### **1 PALAVRAS INICIAIS**

Diversas pesquisas foram realizadas ao longo dos últimos anos sobre juventude e participação. Algumas destacaram o envolvimento dos jovens com instrumentos diretos, relatando experiências bem-sucedidas, mas algumas vezes algumas não encontraram eco na vivência desses sujeitos (MENEZES; COSTA, 2012). Essas investigações se costuram na compreensão que os modos participativos formais ou informais trazem inúmeros desafios para a sua execução. Desde uma

---

<sup>1</sup> Doutorando em Psicologia na Universidade Federal do Ceará. Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável pela mesma Universidade. Professor Substituto do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Ceará e Professor Titular da Faculdade Maurício de Nassau em Fortaleza - CE, Brasil. E-mail: [arthurpetrola@gmail.com](mailto:arthurpetrola@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas na Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil. E-mail: [vesalgueiro@gmail.com](mailto:vesalgueiro@gmail.com)

maior inclusão de sujeitos nos processos, seja instigando o interesse pela participação, seja construindo metodologias acolhedoras, como também na legitimação desses espaços perante a compreensão institucionalizada, e por vezes cristalizada, de democracia no Brasil.

Nesse azo, ao falarmos do semiárido cearense, adensa-se a problematização, pois ainda é um espaço pouco privilegiado quando se fala sobre participação, principalmente no que se refere a pouca abertura das gestões públicas para a sociedade civil, que em alguns casos se reflete na inexistência da dimensão participativa. Chacon (2007) afirma que todo o sertão foi paulatinamente desprivilegiado por parte do Estado na execução de políticas públicas, pois esse lócus era tratado somente a partir do problema técnico da seca, excluindo o sujeito sertanejo do planejamento, implementação e execução das políticas, ainda que este fosse sempre impactado direta ou indiretamente por elas.

Silva (2004) afirma que esse projeto de sociedade para os jovens do sertão é mais complexo ainda, pois a “rurbanidade”, uma mistura de valores do campo e do urbano, em um contexto de conflitos, ambiguidades e incertezas, faz com que o jovem viva a contradição de desejar estar fora desse espaço para ter uma vida melhor, criando-se um conflito com os laços de pertencimento com território de origem que poderia os conduzir à permanência.

Ao passo que os governos pouco planejam e executam as políticas públicas de modo a chegar até a juventude rural, acabam por não permitir que esses jovens entrem em contato e conheçam os projetos que lhes são destinados<sup>3</sup>. A formação cidadã prevista nos programas governamentais, atreladas à renda e inclusão produtiva, é sinônimo de adequação para a vida adulta. Segundo o Weisheimer (2013, p. 23), “não é exagero dizer que os jovens rurais não gozam do direito à cidadania quando se trata de admiti-los como sujeitos ou atores políticos, com direito de participar das decisões que afetam sua vida e seu futuro”.

Dessa forma, diante dessas reflexões, uma inquietação se configura: Como a juventude no sertão, aqui pensada como constituída de sujeitos de direitos, invisível

---

3 Sobre a execução dos programas para os jovens rurais, todos são frutos de parcerias interministeriais e a Secretaria Nacional de Juventude, com foco na inclusão produtiva, na capacitação para geração de renda e formação cidadã. Os três grandes programas são o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), o Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar Jovem (PRONAF Jovem) e o Programa Nossa Primeira Terra (GUIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE, 2013).

para as políticas e gestões públicas em sua maioria, poderia ganhar, construir espaços de visibilidade e reafirmação identitária decorrente da participação como ato educativo e político?

Foi nesse mote que esta pesquisa de cunho qualitativo encontrou as razões de se realizar, pois as técnicas qualitativas possibilitaram a descrição da experiência, que como conceito, implica uma vivência não programada para a descrição da vida em comunidade. Além dos dias dos encontros com o grupo, buscou-se nessa concepção metodológica, compreender a maneira de viver do ponto de vista desses jovens e a formação dos laços de pertencimento com o território.

Assim, assumiu-se como objetivo geral compreender como a juventude concebe e participa social e politicamente, analisando sua relação com a sustentabilidade, através da proposta da pesquisa-intervenção, que não só assume o lugar de instrumento metodológico, mas propõe uma reflexão educacional e política sobre a função da pesquisa e do pesquisador.

A escolha por uma metodologia de pesquisa que fosse também intervenção se deu a partir da compreensão de que era necessária uma prática que também assumisse compromissos éticos e políticos, colocando-se nas ruas, nos locais públicos, onde quer que os sujeitos estivessem, sendo produtos e produtores de subjetividades. Castro (2008) aponta que a pesquisa-intervenção com jovens demarca uma superação, de certo modo, da estagnação que a desigualdade estrutural entre pesquisador e pesquisado propicia, quando passa a adotar concepções de infância e juventude não naturalizadas e dotadas de saber próprio.

Pensando nos jovens como, portanto, sujeitos histórico-dialéticos, dessa forma “de história” e “da história” (PINHEIRO, 2005), produtos e produtores das relações, inseparáveis da ação social prática, acredita-se, como Dayrell (2003), que são necessárias concepções plurais que favoreçam a delimitação da juventude como condição social, a partir da reflexão sobre o lugar que o ser jovem ocupa no mundo.

## **2 ABORDANDO AS CATEGORIAS DA PESQUISA**

### **2.1 SUSTENTABILIDADE**

Nesse azo, os sujeitos da Sustentabilidade se alicerçam no caráter social do homem vivo, material, histórico, dialético, constituídos de vivência simbólica, cuja sabedoria está enraizada em um território, e se expressam na dimensão coletiva de

transformação (CHACON, 2007). Portanto, a Sustentabilidade se delinea na vivência das práticas de auto-organização e protagonismo político (TOTH; MERTENS; MAKIUCHI, 2012; SACHS, 2002), no exercício democrático da participação que se faz no compromisso com a justiça social e a solidariedade e que caminham para se religar e se reencantar pela natureza, como prática essencial à manutenção da Vida na Terra (GADOTTI, 2008).

A sustentabilidade deve ser sempre uma meta na busca por protagonismo no campo das conquistas políticas e sociais, pois conforme afirma Chacon (2007, p. 122):

São as populações locais as mais indicadas para empreender essa nova forma de pensar, pois essas populações normalmente agem de forma mais saudável do ponto de vista ambiental, e se forem removidos os obstáculos políticos e institucionais que as impedem de ter uma visão de longo prazo, elas poderão alcançar um nível de vida muito mais digno.

Sem isso, ações que não conhecem e não priorizam os saberes e as relações de poder locais, além dos possíveis impactos da distribuição de recursos e poder, estão dando um passo rumo ao ostracismo ou mesmo ao fracasso.

Gadotti (2008) se refere a esse modo como uma ecopedagogia, uma ecoeducação, uma educação sustentável, onde se buscaria um sentido coletivo e mais profundo para a existência mundana, tornando-se parte do processo de transcendência/superação sobre o atual modo de vida, e que seria uma alternativa a atual globalização fundada na exploração econômica, dominação política e exclusão social.

## 2.2 A PESQUISA-INTERVENÇÃO E A PARTICIPAÇÃO

A pesquisa-intervenção como modalidade de pesquisa qualitativa, ao ser exposta aqui, não deve ser pensada como categoria de pesquisa, e portanto não há dependência desta com os resultados apresentados, mas sim, ao fomentar o questionamento da posição do investigador, produz um debate que se situa em um novo horizonte e uma nova prática para compreender a ação participativa dos sujeitos. Portanto, a relação entre a prática metodológica e uma das categorias de análise faz sentido, pois pressupõe uma relação epistemológica entre ambos. Como apontam Castro e Besset (2008, p. 11):

Os estudos de pesquisa-intervenção têm crescido no campo da infância e da juventude. Isso é revelador na medida em que parte exatamente da pesquisa com grupos politicamente minoritários os desafios de se re-pensar os modelos canônicos de pesquisa baseados em uma distância entre pesquisador e pesquisado e em um controle do processo de pesquisa a partir

da centralidade dada à posição do pesquisador. Problematizam-se as diferenças (entre pesquisador e pesquisado) que antes não importavam, ou então, eram negativizadas.

A participação social e política é condição indispensável para a redução dos problemas ambientais, das crises econômicas e desigualdades sociais; nesse sentido, pensar em espaços novos de escuta e fala, potencializar instrumentos de expressão que legitimem as experiências acaba sendo também condição *sine qua non* para a promoção das transformações que o desenvolvimento regional sustentável propõe em seu âmbito.

A partir dessa questão, importa considerar que a leitura e, depois a escrita de outro mundo possível, deve passar, portanto, pela criação de condições e experiências de participação. Conforme apontam Rocha e Aguiar (2003, p. 67), a pesquisa-intervenção poderia ser um primeiro lócus participativo pela “proposta de atuação transformadora da realidade sociopolítica, já que propõe uma intervenção de ordem micropolítica na experiência social”.

Rocha e Aguiar (2003) afirmam ainda que nos últimos anos, a pesquisa-intervenção surge como um movimento crítico as pesquisas científicas tradicionais que ignoravam a subjetividade do pesquisador durante o percurso investigativo. Dessa forma, esse olhar metodológico sobre a realidade não só impõe a necessidade de uma observação ideológica dos pressupostos do sujeito que pesquisa, definidos anteriormente por suas crenças e construtos epistêmicos, como considera a relação contínua que se estabelece entre essa ampla fundamentação e a sua reformulação inevitável ao entrar em contato com aqueles e com aquilo que se deseja conhecer.

Com os Círculos de Cultura percebe-se a consumação de certo tipo de ciclo gnosiológico, que criou uma relação não dicotômica entre pesquisar, aprender e ensinar. Se, portanto, a participação, como cidadania possível, encontra a forma de ser discutida por meio da prática educativa crítica, reforça-se que seja na pesquisa-intervenção a forma pela qual deve ser investigada. Os jovens foram, aos poucos, se tornando sujeitos da construção de conhecimentos, participar era, portanto, experiência fundante do aprender “a ser cidadão”, como os próprios jovens definiram.

A reconfiguração a partir de um campo de complexidades, de inter-relações, de intersubjetividades supera a ótica reducionista de realidade e se aproxima dos problemas de investigação em uma totalidade cada vez mais abrangente (BRANDÃO, 2003). Por essa razão, há um “casamento” técnico-político entre o uso dos Círculos

de Cultura, a pesquisa que se sabe interventora e a sustentabilidade<sup>4</sup>. Essa convergência se expressa na rejeição da rigidez cientificista, na assunção de uma rigorosidade metódica de paradigma sistêmico, e que fluindo através de estruturas leves, disponíveis e descentralizadas de produção de conhecimento, permite autonomia, protagonismo, e, enfim, o empoderamento social, como resposta a um planejamento coletivo e democrático.

Se, portanto, a participação, como cidadania possível, encontra a forma de ser discutida por meio da prática educativa crítica, reforço que seja na pesquisa-intervenção a forma pela qual deve ser investigada.

Para tal fim, propomos metodologias coletivas, favorecendo as discussões e a produção cooperativa com a perspectiva de fragilização das hierarquias burocráticas e das divisões em especialidades que fragmentam o cotidiano e isolam os profissionais. A pesquisa-intervenção, por sua ação crítica e implicativa, amplia as condições de um trabalho compartilhado (ROCHA; AGUIAR, 2003, p. 71)

Sendo assim, o deslocamento humanizador do eixo do projeto metodológico desta pesquisa reverbera na sustentabilidade, aqui compreendida como essa busca da (re)constituição ativa de direitos por sujeitos que se compreendam como sendo políticos, e que se faz através “da recuperação do sentido maior de ser humano, das relações entre os seres, do respeito pela vida em sua mais ampla concepção” (CHACON, 2008, p. 142).

A transformação condicionada à atividade de criação e reflexão de conhecimentos, a experiência do ensino-aprendizagem, se dá em processo, e não surge apenas como um simples produto final da intervenção. Assim é a mudança de paradigma que a sustentabilidade propõe, pois segundo Sartori, Latrôncio e Campos (2014, p. 10), “o importante são os fatores que condicionam a evolução da sociedade, de forma que ela mantenha características consideradas desejáveis para o bem-estar atual e futuro” e não um estado único, específico e concreto que a sociedade deva atingir.

A pesquisa-intervenção de certa maneira ocupou-se de requalificar uma “lacuna” na prática educativo-formativa, que pode ousar utopias expressas em

---

4 Ainda que algumas vezes utilizada sob as artimanhas do capitalismo, a ideia germinal de sustentabilidade vem ganhando cada vez mais ressonâncias, algumas vezes em um “*free-rider*” discursivo (FONSECA; BURZSTYN, 2009, p. 32) sem efeito transformacional verdadeiro, e que tem favorecido a banalização dos termos, ampliando a distância entre “o discurso politicamente correto e a eficácia prática de políticas ambientais e de desenvolvimento”.

mudanças radicais na sociedade, como os jovens apontaram através dos desejos de articulação das políticas públicas, na melhoria nos bens e equipamentos públicos do município, ou na constatação do direito negado à permanência e ao trabalho no próprio território.

### **3 CONTEXTOS GEOGRÁFICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA**

#### **3.1 O SOLO ONDE A PESQUISA ACONTECEU**

O contexto investigativo se define na cidade de Arneiroz-CE, situada na mesorregião do semiárido cearense, microrregião do Inhamuns (centro-sul do estado). A cidade, em questão, no Censo de 2010 possuía 7.650 hab (IBGE, 2010).

Nela, a imagem costumeira de cidades interioranas de pessoas sentadas à porta de suas residências também se repete. As casas todas coladas umas às outras aparentam um sistema compartilhado de vida, e a noção de vizinhança ultrapassa o mero dividir de muros, até porque eles não existem. A economia é centrada em pequenos comércios, na agropecuária, mas, principalmente, através da prestação de serviços. Não há diversificação de atividades e fontes de renda que proporcionem garantias de segurança e permanência das pessoas. O período de pesquisa foi compreendido entre maio e agosto de 2014.

#### **3.2 OS SUJEITOS DE E DA PESQUISA**

A juventude é uma condição ontológica, como também uma ação consciente na direção do tornar-se jovem. Freire (2005) diz que não nascem homens e mulheres, mas se tornam, *mutatis mutandis*, só atinge-se essa condição de sujeito no esforço de sê-lo, a partir da nossa natureza e historicidade. Assim, o jovem se configura como tal porque se relaciona, porque age e porque se constrói, ou em outras palavras, se faz a partir da consciência e da atividade.

Há uma percepção da juventude sobre a ruralidade que não é fruto apenas da vivência nesse espaço, mas também a partir de uma visão pautada pelo externo, seja pela mídia, seja pela própria escola e que “tem suas bases no processo de desenvolvimento cunhado no país desde a década de 1930, onde se opunha o rural (como o lugar de atraso) ao urbano (o lugar do progresso e da modernidade)” (ABRAMOVAY, 2005, p. 330).

Fato é que estes jovens e as crianças representam mais de um terço da

população, mas as políticas planejadas para elas, em sua maioria, não passam pela organização coletiva delas. O sentimento de distanciamento formal das instituições do Estado, ou ainda o afastamento emocional pela Sociedade, poderia ser reflexo disto? Por que poucos se sentem participativos ou por que poucos participam? Para Sposito e Carrano (2003, p. 37), o grande desafio reside na dificuldade de inscrever as políticas públicas de juventude “em uma pauta ampliada de direitos públicos de caráter universalista”, com a efetiva participação dos jovens como autores e atores desse modo de gestão a partir de suas formas de existência e expressão, superando a racionalidade instrumental inerente ao mundo da política institucional.

Nesse cenário amplo, se situam os jovens que foram convidados para serem agentes na produção de dados dessa pesquisa e que pertenciam a uma Organização Não Governamental chamada Arte Jucá. Estes foram escolhidos em detrimento de outros jovens do município, pois já possuem elos regionais e comunitários fortalecidos pelo histórico de atuação, de participação em festivais, e de auto-organização juvenil, o que *a priori* poderia dotá-los de uma vivência ampliada com as pessoas da cidade e da região no semiárido, como também com as políticas públicas que atravessam o fazer cotidiano artístico e político do grupo.

Os critérios utilizados para a seleção dos jovens no grupo qualitativo foram: a permanência na cidade, estar na faixa de 15 a 30 anos (pensando as políticas públicas de juventude e o Estatuto da Juventude que consideram como juventude essa faixa etária), ter participado (ou ainda participar) de algum dos núcleos de ação popular (reisado, teatro, banda cabaçal etc.) e o interesse destes e destas em frequentar os encontros. Dessa forma, para esta pesquisa foram convidados 12 dos jovens que permaneceram mais tempo no reisado; contudo, apenas 6 jovens compareceram no primeiro encontro, tendo 5 permanecido para todos os encontros e participado efetivamente. O perfil se compôs de 2 jovens do sexo masculino, um deles com 14 anos, mas próximo a completar 15 no mês de junho, e por isso não foi desconsiderado no processo de pesquisa, e 4 jovens do sexo feminino.

### 3.3 A FORMA COMO A PESQUISA FOI CONSTRUÍDA

Os encontros se compuseram da seguinte forma: um que definiu a metodologia de funcionamento do grupo, como etapa inicial para se pensar participação e construção coletiva; um segundo que teve como temática central a caracterização do

espaço físico e simbólico de pertencimento, o sertão; o terceiro que discutiu concepções de juventude e política; e o último que falou especificamente de participação, e também realizou uma avaliação dos encontros.

Estes se realizaram na sede da instituição. Todos os jovens eram membros oriundos do Reisado Mirim, que na época tinham entre 10 e 13 anos, por exceção de um membro que fez parte da “segunda geração”, sendo este o mais novo. Inicialmente no grupo de reisado eram 32 jovens, mas com o passar do tempo esse número foi se reduzindo paulatinamente até chegar ao número oscilante de 05 (cinco) participantes.

Todas as atividades foram definidas coletivamente a partir das ideias iniciais que foram apresentadas. Além das atividades, também se decidiu sobre os dias, horários e funcionamento do próprio grupo. A formulação do processo como pesquisa-intervenção possibilitou a compreensão de que os sujeitos poderiam, ainda que não completamente conscientes da temática, exercitar a capacidade de planejamento e, conseqüentemente, se apropriarem do conceito de participação social, a partir da experiência no grupo.

Como procedimento de produção de conhecimento, foram utilizados os círculos de cultura, que consistem na direta interação entre os participantes e o pesquisador, a partir das discussões temáticas (FREIRE, 2005). Inicialmente, Freire teorizou esse método para a alfabetização de Jovens e Adultos em sua prática educativa ainda na década de 60. Os Círculos de Cultura são espaços de “leitura de mundo” e reinterpretções por meio de “palavras geradoras” que partem da realidade dos integrantes do grupo, ou seja, daquilo que já conhecem, e apropriando-se dessas informações, podem superar situações que os impedem de Ser Mais (FREIRE, 2005). São espaços onde as pessoas se reúnem para discutir sobre sua prática, trabalho e a realidade onde estão inseridas.

A configuração em círculo traz aspectos importantes para a pesquisa, seja pelo sentido primitivo de compartilhamento de saberes, seja pela inexistência de lugares de importância na roda, todos ocupam o mesmo lugar na rede que se tece através do formato circular, ou seja, todos e todas têm o direito de se expressar, aprender e participar de forma coletiva e livre, sentindo-se responsáveis por tudo que é produzido, num contínuo exercício de protagonismo dentro do círculo.

O método vem sendo utilizado há muito tempo em práticas de psicologia comunitária, e tem demonstrado enorme efetividade no trabalho com temáticas da

educação popular, ao permitir que todas as funções dos participantes se misturem, sem uma confusão de papéis, porque ali todos ensinam e aprendem coletivamente a partir das experiências que os tornaram homens e mulheres.

Cada círculo de cultura foi dividido basicamente em três passos: a investigação temática, a tematização e a problematização, conforme sistematização freireana, além da avaliação de cada encontro ao final. A *investigação temática* iniciava sempre a busca do universo de sentidos e significados comum a todos. Para isso foram utilizadas poesias, músicas, imagens, vídeos como instrumentos mediadores. Essa etapa funcionava também como uma forma de acolhimento dos jovens, porque sempre se iniciava de maneira mais lúdica e servia de integração.

Depois, na segunda etapa, na *tematização*, os conceitos elencados anteriormente foram aproximados com a realidade dos jovens, encharcando de significados sociais, ou seja, era o processo de codificação e decodificação dos temas, na busca de tomar consciência do mundo vivido.

Por fim, durante a etapa da *problematização*, os conceitos eram discutidos, com o intuito de superar a primeira visão mágica por uma visão crítica, na mudança do tipo de consciência ingênua para a consciência crítica, partindo para a transformação do contexto vivido.

Os círculos de cultura como ferramenta de coleta e de análise de dados têm demonstrado ser uma prática coerente com o campo de pesquisa na educação porque partem de um projeto metodológico que propõe uma visão dialógica e horizontal, e além de servir como coleta de dados, também problematizam dentro do próprio grupo todos os pontos trazidos, propondo novos sentidos<sup>5</sup> e consequentes reinterpretações dos conceitos e da realidade, como etapa de conscientização e consonante a ideia de uma pesquisa-intervenção.

#### **4 OS RESULTADOS QUE SURGEM COMO PROBLEMAS A SEREM ENFRENTADOS**

Inicialmente, através das falas ficou claro que a permanência na Associação fez com que existisse um sentimento de construção de si mesmo, de algo que foi significativo para a definição da identidade, como inclusive algo que é constantemente

---

<sup>5</sup> Sentido aqui deve ser compreendido no conceito vygotskyano que como “acontecimento semântico particular constituído através de relações sociais [...] permite a emergência de processos de singularização em uma trama interacional histórica e culturalmente constituída” (BARROS et al, 2009, p. 174)

mutável, proporcional ao engajamento de cada um deles.

Em um dos encontros, pensando na perspectiva da investigação temática, foi sugerido aos jovens que eles fizessem um desenho, escrevessem uma palavra, uma frase, ou algo que pudesse se relacionar com o tema gerador que trazia que era a própria história e o Arte Jucá.

Um dos sujeitos (18 anos, sexo feminino), iniciou mostrando o desenho dela: “Eu coloquei o que eu me acho, uma pessoa humilde, paciente, simpática, mas às vezes incompreensível e coloquei lembranças: parte que não sai da minha cabeça”. Além disso ela desenhou alguns elementos referentes ao reisado, e comentou com certa tristeza que dos jovens que ficaram na cidade, poucos tiveram interesse em continuar no Reisado do Mestre Ema (que é o reisado para membros mais velhos).

Depois foi a vez de outra jovem (23 anos, sexo feminino) que fez uma coroa de reis. Comentou que a participação no reisado e no grupo de teatro a ensinou a ter mais dedicação a partir do cuidado com o figurino, com a apresentação, e que hoje ela se sente uma pessoa mais responsável depois de ter participado de todas as atividades.

Percebeu-se a dimensão do movimento, de transformação e contextualização num espaço histórico-social concreto. Segundo Lima e Ciampa (2012), o indivíduo reage à comunidade da qual faz parte e também a modifica a partir dessa reação. Portanto, a partir de uma dialética, segundo os autores, a identidade é uma questão política, ainda que em determinados contextos esteja subordinada à dominação e opressão.

Em outro encontro, a categoria cidadania, ainda que não pensada inicialmente nos objetivos, aparece no discurso dos jovens, associada à política e participação, como também com questões de ordem moral. Foi perguntado a eles o que estes consideravam como ser “cidadãos”, solicitando que eles falassem sobre os lugares e momentos em que tivessem “agido como cidadãos”. Todos os relatos apresentados por eles estavam relacionados à escola, como por exemplo a realização de abaixo-assinado pedindo a saída de um determinado professor, ou a mudança de sala de aula etc.

Uma dos jovens (23 anos, sexo feminino) falou de uma situação específica de um abaixo-assinado que não teve o pleito atendido e disse: “A gente perdeu”. Foi questionado o que eles tinham perdido especificamente. Ela refez o discurso dizendo

que a derrota tinha sido temporária, porque depois eles haviam conseguido uma resposta satisfatória ao pedido inicial: “é, mas foi bem difícil, viu? O povo parece que tem preguiça, ou medo, sei lá”.

Instigado por essa conversa, outro sujeito (15 anos, masculino) falou de outra situação onde houve maior coesão dos educandos. Passou a relatar que por conta de uma determinada atividade religiosa que se repete anualmente na escola, as aulas de todos os turnos deveriam ter sido suspensas, mas a secretária de educação do município à época não aceitou a definição da diretoria da escola e dos educandos. Continuou:

Ninguém tinha levado caderno, e nenhum material, mas disseram que para os alunos da noite ia ter aula, porque a coroação não era motivo pra não ter aula. Aí a gente ficou com muita raiva. A gente se reuniu, um grupo de alunos e foi lá na secretaria. Porque a culpa foi da secretária mesmo, porque ela tinha feito reunião com a diretora, com os professores, dizendo que não ia ter aula. Nem os professores levaram o material da aula. Quando foi no outro dia, vários alunos foram lá perguntar por que, dizer que a gente tava com raiva. A única coisa que ela disse foi que aluno lá, não tinha nem vez e nem voz. Ela disse isso, aí a gente não podia falar mais nada. Ela entrou na sala, e como a gente não ia quebrar as portas nem nada, só fizemos voltar.

Essa situação em específico apresenta três pontos interessantes: primeiro, a percepção da gestora municipal da educação que não concebe a participação discente na gestão e no planejamento; segundo que em uma relação hierárquica, onde as decisões são opressivas e unilaterais, os sujeitos se sentem invisibilizados, e, portanto, sem fala; e terceiro, a compreensão de que a única alternativa possível era a submissão, ainda que extravasar a raiva através de atos físicos tivesse sido trazido no discurso.

Percebe-se que nas respostas dos jovens foi ressaltado o aspecto formativo dos encontros, tanto na educação informal como formal; e a possibilidade de coparticipar do processo de pesquisa. Remetem à compreensão de um desenvolvimento que posiciona tanto a conscientização, como o protagonismo em um lugar central no processo educacional político que os Círculos de Cultura propõem (FREIRE, 2005).

Os jovens enaltecem o aspecto dialógico dos encontros, e a participação como ato voluntário de poder se pronunciar sem receios: “Agradável e descontraído, um jeito bom de se discutir assuntos importantes. Cada um pode dar a sua opinião e participar a vontade” (Jovem 20 anos, sexo feminino, universitária). Na fala do Jovem (18 anos, sexo feminino) fica clara a relação entre a forma e o conteúdo: “A forma com

que você nos apresentou o tema ou assuntos que iriam ser abordados foi bem interessante, pois fugia daquele jeito padrão de falar ou debater sobre política. Nunca tinha participado de algo semelhante”. Percebe-se, nesse sentido, a clareza do pensamento freireano ao elencar o diálogo como diretriz principal da experiência educativa, que encontra sua centralidade epistemológica no ato de dizer a sua palavra e ler e reescrever o mundo (FREIRE, 2005).

Destarte, torna-se necessário “fugir” de um modelo burocrático de pesquisa e de debate que afasta o sujeito, principalmente o jovem, dos processos reflexivos. Uma fuga que não evita o contato, que na verdade vai de encontro à situação, que desperta o interesse pela participação, e que significa o enfrentamento do “padrão” que aliena e permite assumir todos os riscos que uma mudança para o novo traga consigo.

Nesse azo, ressalta-se a importância do aspecto dialógico da pesquisa que no debate político reconhece a liberdade de expressão e o respeito à alteridade (FREIRE, 2005). Assim, como a pesquisa, a participação social e política deve preconizar esses mesmos valores.

Sarmiento, Tomás e Fernandes (2007) afirmaram que o trabalho com a dimensão política com juventudes já é intervenção histórica, pois torna visível quem foi invisibilizado propositalmente ao longo da história das sociedades por ser considerado um sujeito não completo, e portanto inexperiente, produzindo ações e consequências que se tornam influências sociais com impacto no coletivo.

Por essa razão, um dos principais dados achados no percurso da pesquisa é que o protagonismo dos jovens, como condição à participação, não é dado *a priori*, como fato natural ao processo de tornar-se jovem, mas sim como fato socialmente construído, através de atos educativos que ocorrem durante a vida como resistência a esse histórico político. A proposta levantada não é o uso de uma estratégia pedagógica que ensine a população a participar, mas de fazer uso da Educação como estrutura principal do ato de participar. Importa então fazer uso de métodos de participação que respeitem e instiguem o sujeito a entrar nesse movimento participativo, e os círculos de cultura, como estrutura educacional, ideológica e política surgem como instrumento efetivo.

Se a educação tradicional, bancária e necrófila (FREIRE, 2005) não dá conta dos desafios que a lógica produtivista mercantil da civilização capitalista/industrialista impõe aos jovens e à sociedade, não criando espaços de experimentação do ato de

participar, é da ordem do impossível pensar participação, se ela não for vivenciada como ato, cotidianamente, inclusive nas escolas, onde os educadores, os educandos, os servidores e os gestores das políticas de educação, devem reconhecer o espaço escolar como espaço onde o jovem deve ter vez e voz.

É de onde surge outra reflexão importante: se conforme Chacon (2007) aponta de a responsabilidade do Estado ser muito maior no sertão na coordenação e no fomento do desenvolvimento, em decorrência das ações político-históricas, e considerando que há uma relação direta entre a gestão e o aspecto transformacional, deveria ser instigador para os gestores que os jovens não se sintam convidados a ocupar esses lugares de forma efetiva, ainda que compreendam a participação como lugar de garantia de direitos e prática cidadã.

A distância abismal entre a execução das políticas públicas e a “sociedade comum”, parece ser uma das causas principais. Essa reflexão encontra sua razão a partir da fala dos jovens desta pesquisa, e assim, o que surge como primeiro desafio para garantir a participação seria a reorientação da execução de políticas públicas de juventude.

Nesse aspecto, não participar, ocupando os espaços formais ou informais que lhes são de direito, significa abster-se criticamente das reflexões secundárias que o ato de participar poderia gerar, um reflexo da falta de conhecimento sobre as políticas públicas que lhe são destinadas.

O caminho seria o da ocupação dos espaços de planejamento e de execução de políticas públicas, configurando-se como uma tarefa politizadora e conscientizadora. E mesmo que, algumas vezes, os sujeitos não estejam totalmente cientes do caráter político que é outorgado a todos e todas pelo fato de viver em sociedade, adentrar nessa seara seria o primeiro passo para a mudança.

Diante da literatura pesquisada e diante das observações durante os encontros, criar situações de participação, desde a escolha do formato, das datas, ou ainda de um projeto macrossocial, todos eles funcionam como parte de um caminho emancipatório que se deseja e que dá sentido à vida coletiva.

É importante que as experiências surjam em contextos mais locais de desenvolvimento, e os municípios de pequeno porte podem ser esses locais por excelência, ainda mais para os jovens rurais (WEISHEIMER, 2013). Torna-se urgente a construção de novas metodologias de participação que partam da desconstrução

dessa forma de fazer e viver que historicamente demarcou a participação social e política no semiárido, e que promovam e alcancem uma participação comprometida e crítica, mas acima de tudo desejada.

Os jovens do Arte Jucá que fortaleceram essa trajetória são produtores de cultura e conhecimentos, desde a cultura afetiva quando falam das experiências no grupo de teatro e reisado com a produção de figurinos, peças, nas relações que estabeleceram, e na formação de identidade, até as reflexões que fizeram sobre a ação dos gestores municipais em relação às atividades artísticas do grupo, e todos os relatos, impressões e sentimentos representam enfoques e concepções que nos convidam a repensar o modelo de sociedade. Precisa-se ouvir mais os jovens do sertão.

Assim, ressalta-se que não se pode mais pensar participação sem pensar em uma educação política e popular, não só como metodologia, mas como projeto maior, com um horizonte claro, conscientizador, e que se concentre no resgate da palavra negada a quem foi considerado insignificante, atrasado e arcaico para pensar e refletir.

Na sua mais ampla concepção, a educação é o campo do que fazer radical e conscientizador. Martin-Baró (1996, p. 7) afirma que “aceitar a conscientização como horizonte não exige tanto mudar o campo de trabalho, mas a perspectiva teórica e prática a partir da qual se trabalha”, ou seja, assumir o desenvolvimento inclusivo daqueles e daquelas que ao longo da história foram deixados de lado, através de práticas marginalizantes e opressivas, ressaltando o empoderamento e a libertação como resposta direta à destituição constante dos direitos básicos.

## **5 PARA FINALIZAR, MAS AMPLIANDO O DIÁLOGO**

Ressalta-se uma convergência entre as três categorias, sustentabilidade, participação e pesquisa-intervenção, embasados em Sachs (2002) que afirma que só é possível pensar em desenvolvimento sustentável a partir de uma mudança no interior da “continuidade”, da ruptura da lógica naturalizante das desigualdades, do foco em processos sociais não problematizados, ressaltando o “equilíbrio entre respeito à tradição e inovação” e a “capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno” (SACHS, 2002, p. 87) rejeitando, portanto, intervenções alienígenas que não conhecem a realidade cultural do espaço a ser

pensado. Em um exercício lúdico, mas ideológico, se fosse substituído “desenvolvimento sustentável” por “participação” ou “pesquisa-intervenção”, a afirmação de Sachs não teria o mesmo sentido? Ora, a convergência reside, portanto, no compromisso político transformador dessas leituras de mundo.

O caminho da participação como ferramenta de transformação passa essencialmente pelo reconhecimento da utopia e do desenvolvimento sustentável como direito e dever fundamental para todos nós. Talvez, o que esta pesquisa tenha de mais esclarecedor é que a utopia para a juventude no semiárido é, portanto, encontrar o lugar de fala, de formação cidadã e de fortalecimento da sociedade civil, com instrumentos que lhes permitam ser mais; e a horizontalidade dos Círculos de Cultura e a incompletude do caminho de pesquisa que sempre esteve se fazendo favoreceram a autenticidade da fala dos jovens, o espaço de acolhimento permitiu inclusive que eles estivessem suficientemente à vontade para falar de seu passado, de seus receios quase que terapêuticamente, e recusar algumas atividades propostas inicialmente para eles, de forma muito suave e compreensiva.

Essa vinculação intrínseca contribuiu ao oportunizar uma maior expressão, sendo um espaço de pronunciamento de si mesmo dos jovens, do direito a dizer a própria palavra, que pode conduzir a um maior interesse na seara da participação social e política, com sua concreta efetivação no campo democrático. Nesse sentido, só é preciso pensar em novas tecnologias que, superando as barreiras simbólicas da participação, potencializem a criatividade e a expressão da população.

## **POLITICAL PARTICIPATION AND SUSTAINABILITY: REFLECTIONS ON A RESEARCH-INTERVENTION WITH YOUNGS IN CEARAS'S SEMI-ARID REGION**

### **Abstract:**

Participating socially and politically in the country's life still is a huge democratic challenge, especially when it concerns Brazilian youth. This research therefore sought to understand the social and political participation of young people in the semi-arid region, analyzing their relations with sustainability. With a qualitative nature, it was developed between May and August of 2014 with a group of subjects, with 15 to 30 years old, members of a non-governmental organization in the city of Arneiroz, countryside of the State of Ceara. The type of research is expressed in the research-intervention which assumes a political and methodological feature. The Freirean Culture Circles were also used as a "place-instruments" of data collection. By the results, it was observed that young people have demonstrated that, despite recognizing the importance of acting and assuming a political role at the transformation of reality through participation mechanisms, they do not feel invited to occupy this place given the traditional and technocratic model of social control and, therefore, they show little interest in effective participatory action. It is urgent to elaborate methodologies that promote and reach to a committed and critical participation, structured through an ideal of sustainable and ethical public policies, stimulating more creative forms of emancipation.

**Keywords:** Youth. Backlands. Sustainability. Participation. Public Policy.

## **PARTICIPACIÓN POLÍTICA Y SOSTENIBILIDAD: REFLEXIONES SOBRE UNA INVESTIGACIÓN-INTERVENCIÓN CON JÓVENES EN EL SEMIÁRIDO DE CEARÁ**

### **Resumen:**

Participar de la vida social y política de un país es, todavía, un gran desafío democrático, principalmente en lo que se refiere a la juventud brasileña. Esta investigación tuvo como objetivo, por lo tanto, comprender el accionar de la participación social y política de los jóvenes en el semiárido, analizando simultáneamente su relación con la sostenibilidad. La investigación, de carácter cualitativo, fue desarrollada junto a un grupo de personas entre mayo y agosto de 2014, con edades entre los 15 y 30 años, miembros de una organización no gubernamental en la ciudad de Arneiroz, en el interior del estado de Ceará, Brasil. El tipo de investigación se encuadra como una investigación-intervención, que asume carácter político-metodológico, y donde fueron usados, también, los círculos de cultura como espacios-instrumentos de recolección de datos. En el campo de los resultados, los jóvenes demostraron que a pesar de reconocer la importancia de dicha acción y del papel político en la transformación de la realidad, a través de los mecanismos de participación, ellos no se sienten llamados a ocupar ese lugar, teniendo en vista el modelo tradicional y tecnocrático de control social; y, por lo tanto, se demuestran poco interesados en una acción participativa efectiva. Se hace urgente la construcción de metodologías que promuevan y alcancen una participación comprometida y crítica, y que se estructuren en un ideal sostenible y ético de políticas públicas; así como estimulen formas más creativas de emancipación.

**Palabras clave:** Juventud. Semiárido. Sostenibilidad. Participación. Política Pública.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Juventude rural: ampliando as oportunidades. **Raízes da Terra**: parcerias para a construção de capital social no campo. Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília – DF, ano 1, n. 1, abr. 2005. Disponível em: < <http://www.creditofundiario.org.br/materiais/revista/artigos/artigo05.htm> >. Acesso em: 10 jan. 2015.
- BARROS, João Paulo et al. O Conceito de “sentido” em Vygotsky: Considerações Epistemológicas e suas Implicações para a investigação psicológica. **Psicologia & Sociedade**; v. 21, n. 2, p. 174-181; mar. 2009.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pergunta a várias mãos**: a experiência de partilha através da pesquisa na educação. São Paulo: Cortez, 2003.
- CASTRO, Lúcia Rabelo de. Conhecer, transformar(-se) e aprender: pesquisando com crianças e jovens. In: CASTRO, Lúcia Rabelo de; BESSET, Vera Lopes (Org.). **Pesquisa-intervenção na infância e juventude**. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, 2008.
- CHACON, Suely Salgueiro. Desenvolvimento, liberdade e paz. In: MATOS, K. S. L.; NASCIMENTO, Verônica Salgueiro do; NONATO JUNIOR, Raimundo. **Cultura de Paz**: do conhecimento à sabedoria. Fortaleza: Edições UFC, 2008.
- \_\_\_\_\_. **O sertanejo e o caminho das águas**: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.
- DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 41-52, 2003.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- FONSECA, Igor Ferraz; BURZSTYN, Marcel. A banalização da sustentabilidade: reflexões sobre governança ambiental em escala local. **Sociedade e Estado**, v. 24, n. 1, p. 17-46, jan./abr. 2009.
- GADOTTI, Moacir. **Educar para a sustentabilidade**: Uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Ed. L, 2008. (UniFreire).

GUIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE. Secretaria Nacional de Juventude. Brasília, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**.

Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=230150&search=ceara|arneiroz|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em: 10 maio 2013.

LIMA, Aluísio Ferreira de; CIAMPA, Antônio da Costa. Metamorfose humana em busca de emancipação: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica. In: **LIMA, Aluísio Ferreira de (Org.). Psicologia social crítica: paralaxes do contemporâneo**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

MARTIN-BARÓ, Ignácio. O papel do psicólogo. **Revista de Estudos de Psicologia**, v. 2, p. 7-27, jun. 1996.

MENEZES, Jaileila de Araújo; COSTA, Mônica Rodrigues. Festa estranha com gente esquisita: desafios e possibilidades para a participação juvenil. In: MAYROGA, Claudia; CASTRO, Lúcia Rabelo de; PRADO, Marco Aurélio Máximo (Org.). **Juventude e a experiência do político no contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

PINHEIRO, Ângela de Alencar Araripe. Psicologia social: alguns princípios fundantes de uma trajetória acadêmico-política. **Revista de Humanidades**, v. 20, n. 1, p. 21-29, jun. 2005.

ROCHA, Marisa Lopes da; AGUIAR, Katia Faria de. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 23, n. 4, p. 64-73, dez. 2003.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SARMENTO, Manuel Jacinto; TOMÁS, Catarina; FERNANDES, Natália. Políticas públicas e participação infantil. **Educação, Sociedade e Culturas**, n. 25, p. 183-206, 2007.

SARTORI, Simone; LATRÔNCIO, Fernanda; CAMPOS, Lucila. Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável: Uma taxonomia no campo da literatura. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 1-22, mar. 2014.

SILVA, Vanda. **Sertão de jovens**: antropologia e educação. São Paulo: Cortez, 2004.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 16-39, 2003.

TOTH, Mariann; MERTENS, Frédéric; MAKIUCHI, Maria de Fátima Rodrigues. Novos espaços de participação social no contexto do desenvolvimento sustentável: as contribuições da Educomunicação. **Ambiente & Sociedade**, v. 15, n. 2, p. 113-132, ago. 2012.

WEISHEIMER, Nilson. Sobre a invisibilidade social das juventudes rurais. **DESidades**, v. 1, n. 1, p. 22-27, dez. 2013.

**Artigo:**

Recebido em 15 de Março de 2017.

Aceito em 07 de Dezembro de 2017.